



PDM

Plano Diretor Municipal

PROENÇA-A-NOVA

1ª revisão

VERSÃO FINAL

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Resumo não técnico



Maio 2015

ÍNDICE DE TEXTO

| | | |
|------|--|----|
| 1. | INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. | OBJETO DE AVALIAÇÃO | 4 |
| 3. | ENTIDADES CONSULTADAS..... | 14 |
| 4. | QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO | 15 |
| 5. | FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO | 17 |
| 6. | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO | 18 |
| 6.1. | Qualidade Ambiental | 18 |
| 6.2. | Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade | 19 |
| 6.3. | Conservação da Natureza e Biodiversidade | 20 |
| 6.4. | Património Cultural e Paisagem | 21 |
| 6.5. | Riscos Naturais | 22 |
| 7. | AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DECORRENTES DO PLANO | 23 |
| 8. | QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO..... | 28 |
| 9. | DIRETRIZES DE SEGUIMENTO / ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTROLO 30 | |
| 10. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Objetivos Estratégicos | 8 |
| Quadro 2 – Listagem de instrumentos de ordem superior com incidência no concelho..... | 15 |
| Quadro 3 – Análise de convergência entre questões estratégicas do PDMPN e o quadro de referência estratégico | 16 |
| Quadro 4 - Análise SWOT - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade | 19 |
| Quadro 5 - Análise SWOT - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade | 20 |
| Quadro 6 - Análise SWOT – Conservação da Natureza e Biodiversidade..... | 21 |
| Quadro 7 - Análise SWOT – Património Cultural e Paisagem | 22 |
| Quadro 8 - Análise SWOT – Riscos Naturais e Tecnológicos | 22 |
| Quadro 9 - Quadro de Governança para a Ação | 28 |
| Quadro 10 – Indicadores e Medidas de Gestão Ambiental..... | 32 |
| Quadro 11 – Orientações para a implementação do Plano de Controlo | 41 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|---|
| Figura 1 – Mapa de freguesias do concelho de Proença-a-Nova (fonte: site da CMPN 2014) | 5 |
| Figura 2 - Localização de Proença-a-Nova na Região Centro (fonte: site da CCDR-Centro editada, Set. julho 2014)..... | 6 |
| Figura 3 - Área das freguesias do concelho de Proença-a-Nova, em 2001..... | 6 |

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) que acompanha o Relatório Ambiental Preliminar do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relativo à Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Proença-a-Nova, promovido pela Câmara Municipal de Proença-a-Nova.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos, Programas e Políticas tem sido um requisito obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que transpõe os requisitos legais europeus da diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho.

No caso dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a aplicação da AAE encontra-se corporizada no contexto jurídico-administrativo pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (que altera e republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro) em articulação com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) tem por objetivo fundamental integrar as questões ambientais na tomada de decisão estratégica e consiste num processo sistemático de avaliação das consequências ambientais de uma política, plano ou programa, neste caso da revisão do PDM de Proença-a-Nova, de modo a garantir que estas sejam plenamente integradas e consideradas de uma forma adequada no processo de tomada de decisão, juntamente com as considerações de carácter económico e social.

A AAE visa três objetivos concretos:

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de política;
- Detetar oportunidade e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

No que diz respeito ao Envolvimento Público e Institucional e de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro), bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a proposta de revisão do PDM e o respetivo Relatório Ambiental serão sujeitos a Discussão Pública. Neste contexto, de forma a assegurar um processo participativo, concluída a elaboração da Proposta de Revisão do PDM de Proença-a-Nova e previamente à sua aprovação, os elementos do Plano, bem como o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico,

que dele fazem parte integrante, são submetidos a Discussão Pública, de forma a assegurar um processo participativo.

O presente RNT pretende sintetizar a informação relevante que resultou da AAE efetuada, nomeadamente as oportunidades e riscos de natureza ambiental e estratégica identificados, bem como as diretrizes de seguimento para uma gestão sustentável e ainda um Plano de controlo para a execução do PDM.

2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto da presente avaliação ambiental estratégica consubstancia-se na Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Proença-a-Nova (PDMPN).

O concelho de Proença-a-Nova dispõe de Plano Diretor Municipal, ratificado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/94, e publicado no DR – I Série B n.º 167, de 21/7/94. Posteriormente, devido à necessidade de clarificar algumas disposições regulamentares, o mesmo foi sujeito a alterações de pormenor, publicadas no DR – II Série – n.º 293, de 18/12/99.

Foram ainda publicadas as seguintes alterações de pormenor ao PDM de Proença-a-Nova:

- Aviso n.º 17153/2012, de 26 de dezembro, que permite a instalação de parques eólicos em todo o concelho;
- Aviso n.º 1395/2011, de 13 de janeiro, que adaptou a Planta de Ordenamento do PDM ao Plano de Pormenor do Parque Empresarial de Proença-a-Nova (PPPEPN);
- Aviso n.º 19250/2010, de 28 de setembro, que permite a instalação de atividades agropecuárias em solo rural do concelho.

O Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro estabelece que os PDM têm um prazo de vigência de 10 anos podendo ainda ser alterados, retificados, e suspensos consoante a situação assim o justificar. A sua revisão, que deverá ocorrer após terminar o seu prazo de vigência, implica a reconsideração e reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas dos planos, dos princípios e objetivos dos modelos territoriais definidos ou dos regimes de salvaguarda e calorização dos recursos e valores territoriais.

O concelho de Proença-a-Nova, com uma área de cerca de 395,4 km², localiza-se na Região Centro (NUTII), integrado na Sub-região da Beira Baixa (NUTIII) e pertence ao distrito de Castelo Branco.

De acordo com a reforma da Divisão Administrativa do País, em vigor desde 29 de setembro de 2013, o concelho passou a ser composto por 4 freguesias (União das freguesias de Proença-a-Nova e Peral, União das freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira, Montes da Senhora, S. Pedro do Esteval).

Uma vez que à data de entrada em vigor da referida reforma, os trabalhos de revisão do PDM e respetivo Relatório Ambiental, estavam já em avançado estado de evolução, optou-se por manter referências às 6 freguesias antigas (Proença-a-Nova, Sobreira Formosa, Alvito da Beira, Montes da Senhora, Peral e S. Pedro do Esteval), para melhor enquadramento das propostas apresentadas e melhor interpretação dos dados censitários.



Figura 1 – Mapa de freguesias do concelho de Proença-a-Nova (fonte: site da CMPN 2014)

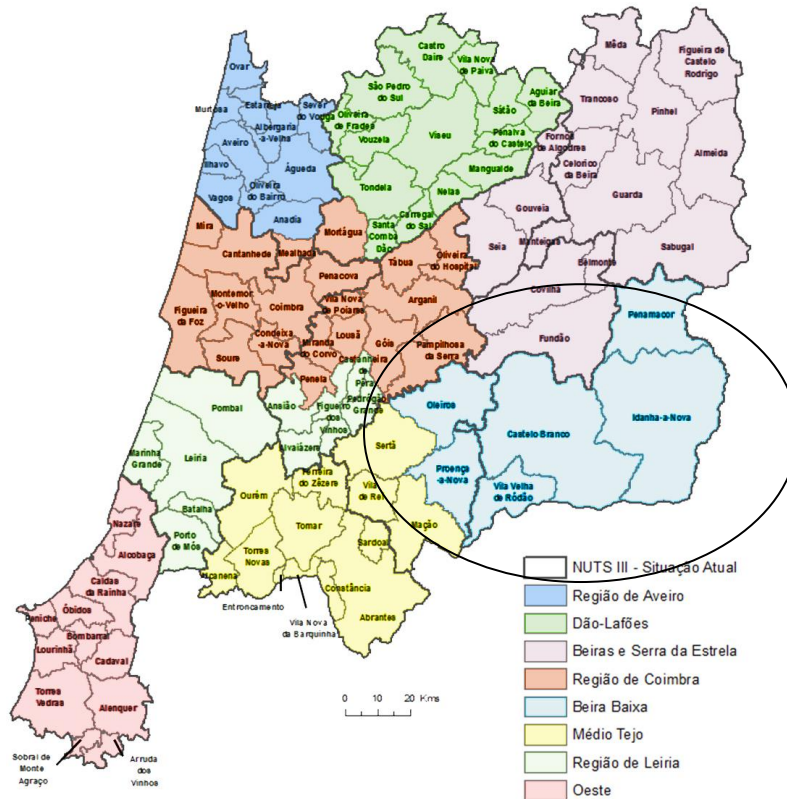


Figura 2 - Localização de Proença-a-Nova na Região Centro (fonte: site da CCDR-Centro editada, Set. julho 2014)

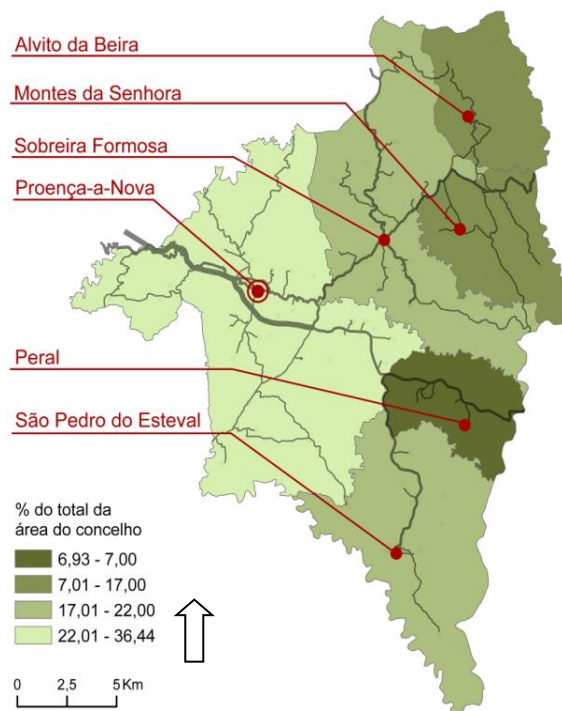


Figura 3 - Área das freguesias do concelho de Proença-a-Nova, em 2001 (fonte: estudos de base da revisão do PDM de Proença-a-Nova, Maio 2008)

A revisão do PDMPN tem como principais objetivos ajustar a qualificação dos solos urbanos e rurais à realidade atual do Concelho e da região onde se localiza, impulsionar a proteção e valorização do património natural e paisagístico e a salvaguarda do património histórico e cultural, considerando a sua importância para a fixação e atração de população e de novas atividades económicas, e adequar o Plano à nova legislação em vigor.

A proposta de revisão do PDMPN, além de resultar num modelo de organização espacial territorial, pretende refletir e concretizar a estratégia de desenvolvimento do território concelhio, sustentada em 5 eixos estratégicos:

- Desenvolvimento económico e dinamização empresarial;
- Turismo, cultura e património;
- Ambiente e energia;
- Desenvolvimento social e humano;
- Qualificação do espaço público.

Para cada um destes cinco eixos definem-se questões ou objetivos estratégicos (OE), desdobrados em objetivos operacionais que de forma mais direta expressam as ações a prosseguir para impulsionar a dinâmica de crescimento pretendida para o território.

Quadro 1 – Objetivos Estratégicos

| Eixos Estratégicos | Objetivos Estratégicos | Ações |
|---|---|--|
| <p align="center">Eixo 1 - Desenvolvimento Económico e Dinamização Empresarial</p> | <p>OE 1 - Criar condições para o surgimento de projetos inovadores e para o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente empreendedora, apoiando a INOVA Startup Proença como instrumento de mudança no tecido empresarial local</p> | Dinamizar a incubadora de empresas no edifício situado no Parque Empresarial de Proença-a-Nova (PEPA). |
| | | Concretizar a estratégia de cooperação com a rede de incubadoras de Lisboa (Startup Lisboa). |
| | | Promover uma cultura de aceitação do risco e do autoemprego e criar uma cultura de empreendedorismo baseada nos fatores distintivos do concelho, transformando-os em fontes inspiradoras para negócios autossustentáveis. |
| | <p>OE 2 – Prosseguir a requalificação e modernização dos espaços empresariais do concelho e o esforço de captação de novos investimentos, com vista à criação de emprego</p> | Intensificar a requalificação do Parque Empresarial de Proença-a-Nova. |
| | | Promover a ocupação da totalidade da zona industrial de Sobreira Formosa. |
| | | Criar uma plataforma empresarial física e digital que permita reunir as empresas do concelho e apoiar a sua projeção no contexto nacional e internacional. |
| | | Apoiar investimentos-âncora e acompanhar a sua implantação, valorizando o impacto que projetos empresariais específicos têm na vida local. |
| | <p>OE 3 – Valorizar os recursos endógenos e contribuir para a diversificação das áreas de atividade existentes a nível local</p> | Transformar o antigo refeitório da ex-Sotima, no Parque Empresarial de Proença-a-Nova, em espaço partilhado para transformação de produtos endógenos. |
| | | Promover a criação de um roteiro de produtos locais de excelência (maranhos, mel, azeite, tigelada) para a valorização da atividade local. |
| | | Promover e estimular o surgimento de projetos empresariais e atividades assentes na valorização dos recursos endógenos, com relevo para a agricultura em geral, a silvo-pastorícia, a fruticultura, a floresta e os recursos ambientais. |
| | | Intensificar a divulgação e a certificação de produtos com a marca concelhia. |
| | | Apoiar a criação de empresas no âmbito do comércio de proximidade, pela sua importância na revitalização dos centros urbanos e rurais. Promover ações coletivas ou individuais que visem a modernização das unidades comerciais. |
| | | Promover a complementaridade urbana intermunicipal e regional, investindo na divulgação da identidade local e demais aspetos diferenciadores (Geomarketing). |

| Eixos Estratégicos | Objetivos Estratégicos | Ações |
|---|---|--|
| Eixo 2 - Turismo, Cultura e Património | OE 1 – Assegurar a concretização e constante atualização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico | Dinamizar a Rota da Cortiçada, um percurso com um total de 130 km. |
| | | Introduzir condições para a prática de provas e atividades de orientação, diversificando igualmente os eventos associados a outros desportos de aventura. |
| | | Projetar e assegurar o financiamento necessário à construção de um parque temático nas Moitas, em terrenos situados na envolvente do Centro Ciência Viva da Floresta propriedade do Município. |
| | | Criar uma Casa da Memória no centro de Proença-a-Nova. |
| | | Assegurar a preservação da qualidade das praias fluviais. |
| | | Apostar na aldeia da Figueira, enquanto Aldeia do Xisto integrada na respetiva rede, sem descuidar a requalificação de outras aldeias com património edificado a preservar, incluindo alguns núcleos existentes em ruínas. |
| | | Requalificar os centros históricos de Proença-a-Nova e de Sobreira Formosa. |
| | OE 2 – Aumentar e diversificar a capacidade de alojamento | Promover a qualificação da oferta e a abertura de novos espaços de alojamento. |
| | | Complementar o parque de campismo de Aldeia Ruiva com a valência de caravanismo, para uma oferta mais diversificada e que permita aumentar a oferta do alojamento disponível. |
| | | Requalificação das aldeias tradicionais em ruínas para atividades turísticas (Vale Clérigo Velho, Rafael Velho, Marcelino, Lameira da Mó, Atalaia da Barroca). |
| | | Promoção de atividades turísticas na Aldeia da Figueira. |
| | | Assegurar a requalificação de vários aglomerados populacionais, prosseguindo o melhoramento e construção de passeios, de equipamentos de proximidade e de espaços de estar e lazer. |
| | | Desenvolver projetos de requalificação de praças, largos e outros espaços capazes de reforçar a centralidade dos aglomerados e de eixos estruturantes, contribuindo para a consolidação da polaridade dos centros. |
| | | Promover a construção no loteamento habitacional na envolvente ao Parque de Mercados e Feiras de Sobreira Formosa. |
| Criar medidas de incentivo à recuperação/conservação do património edificado para habitações anteriores a 1951. | | |

| Eixos Estratégicos | Objetivos Estratégicos | Ações |
|--|--|---|
| | OE 3 – Reforçar a interligação com agentes do sector privado e potenciar sinergias com outras autarquias e organismos regionais e nacionais | Promover e divulgar programas direcionados a mercados que se ajustem à especificidade da nossa oferta turística. |
| | | Desenvolver um processo de coordenação de ações e agentes, responsáveis pelos diversos programas/eventos turísticos existentes e a programar. |
| | | Promover a criação do Centro de Informação Turística, cujo âmbito seja alargado à região/comunidade, com disponibilidade diária. |
| | | Apoiar o Paraquedismo, tanto a nível económico como de infraestruturas ou de divulgação. |
| | OE 4 – Valorizar a cultura local e contribuir para a preservação de saberes e vivências tradicionais, nomeadamente com expressão ao nível do artesanato | Prosseguir a aposta na requalificação do património escolar desocupado. |
| | | Modernizar e introduzir novas valências nos serviços prestados pela Bibliomóvel. |
| | | Reconverter o antigo ginásio, no atual edifício dos Paços do Concelho, para espaço multiusos de eventos culturais. |
| | | Reforçar a política de apoio e promoção dos artistas e artesãos locais. |
| | | Calendarizar anualmente um programa dinâmico no âmbito das atividades culturais e recreativas. |
| | | Dinamizar o projeto Ecos de Proença (recolha de património imaterial) e promover a sua divulgação e pesquisa através de um site temático. |
| | Eixo 3 – Ambiente e Energia OE 1 – Promover a eficiência energética e incentivar projetos com vista à produção e valorização de energias alternativas | Apoiar projetos que promovam a transformação de biomassa em energia. |
| | | Considerar projetos que promovam a inovação na área da transformação de biomassa em energia. |
| Generalizar a instalação de painéis solares térmicos nas escolas, pavilhões desportivos e outros edifícios municipais, bem como promover a melhoria da eficiência energética das empresas. | | |
| Adotar iluminação de baixo consumo, designadamente a tecnologia Led, nas áreas verdes e de lazer. | | |
| Elaborar o plano de gestão da água. | | |
| Elaborar o plano municipal de mobilidade e acessibilidade. | | |

| Eixos Estratégicos | Objetivos Estratégicos | Ações |
|--|--|---|
| | <p>OE2 – Valorizar os recursos naturais e promover a defesa da floresta e a qualidade ambiental</p> | <p>Criar o Parque Natural Regional do Almourão e respetivo Centro de Interpretação, em articulação com o Município de Vila Velha de Ródão.</p> <p>Incrementar as áreas destinadas a zonas verdes e de lazer nos aglomerados urbanos e suas áreas envolventes, valorizando frentes ribeirinhas e qualificando igualmente espaços já existentes.</p> <p>Reforçar a política ambiental e divulgar a qualidade ambiental do concelho, de forma a transformar-se numa importante marca e um exemplo nacional.</p> <p>Monitorizar e atualizar periodicamente o plano municipal de proteção civil e o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios.</p> <p>Promover, em articulação com as entidades locais e os produtores florestais, a introdução de novas áreas de culturas agrícolas e florestais.</p> <p>Promover a minimização dos resíduos, a reutilização e a reciclagem, através de ações de sensibilização.</p> <p>Requalificação da pedra desativada.</p> <p>Requalificação e Valorização dos corredores ribeirinhos e galerias ripícolas.</p> |
| <p>Eixo 4 - Desenvolvimento Social e Humano</p> | <p>OE 1 – Desenvolver políticas ativas com vista à fixação de novos residentes, ao rejuvenescimento da população, ao reforço da coesão social e à melhoria global das condições de vida</p> | <p>Dinamizar o projeto Património Jovem, dando continuidade à reabilitação de edifícios para oferecer habitações a custos controlados nos núcleos históricos de Proença-a-Nova e Sobreira Formosa.</p> <p>Dinamizar políticas para a população mais jovem, designadamente crianças e jovens à procura do primeiro emprego.</p> <p>Apoiar e incentivar a formação desportiva de crianças e jovens, desenvolvida ao nível do município e de associações ou coletividades que apresentem capacidade humana e pedagógica para a sua realização.</p> <p>Apoiar a requalificação das sedes das associações desportivas, recreativas e culturais.</p> <p>Criar o Conselho Consultivo de Juventude e Associativismo e dinamizar ações que contribuam para o reforço do associativismo.</p> <p>Fomentar e apoiar projetos de jovens que promovam a intervenção cívica.</p> <p>Valorizar a atividade da unidade móvel de saúde.</p> <p>Desenvolver atividades que promovam um envelhecimento ativo e a participação da população sénior.</p> |

| Eixos Estratégicos | Objetivos Estratégicos | Ações |
|---|--|---|
| | | <p>Criar a comissão municipal de proteção da pessoa idosa, de modo a contribuir para a promoção dos direitos e de medidas de proteção que garantam o bem-estar, dignidade e qualidade de vida dos idosos.</p> <p>Implementar o cheque farmacêutico, no âmbito do cartão social municipal, de modo a permitir a aquisição de medicamentos a quem comprovadamente não possua meios financeiros para os adquirir e reforçar a oficina domiciliária que visa apoiar todos os idosos detentores do cartão municipal do idoso e munícipes com mobilidade reduzida.</p> <p>Reforçar as estruturas de apoio criadas para apoio social a famílias carenciadas, nomeadamente Banco Solidário e Banco de Voluntariado. Prosseguir intervenções de apoio na recuperação de habitações degradadas de pessoas carenciadas.</p> <p>Negociar com transportadores o estabelecimento de uma comunicação regular entre os principais aglomerados do concelho e os principais centros urbanos regionais e estações ferroviárias na proximidade.</p> |
| | <p>OE 2 – Promover a qualificação da população e a ligação entre o ensino e os sectores estratégicos para o concelho, numa perspetiva de empregabilidade e de formação integral dos munícipes</p> | <p>Promover a articulação proactiva com os estabelecimentos dos diversos níveis de ensino do concelho, apoiando iniciativas e a criação de condições para promover a qualificação dos alunos do concelho.</p> <p>Apostar na investigação e ensino orientado para a valorização de sectores produtivos estratégicos do concelho.</p> <p>Assegurar a atribuição de bolsas de estudo no ensino superior aos alunos mais carenciados.</p> <p>Promover bolsas de mérito aos melhores alunos.</p> <p>Promover a implementação de um plano de incentivo ao estudo nas disciplinas de matemática e português, em cooperação com as escolas.</p> <p>Assegurar a manutenção da bolsa de emprego. Realizar estágios de apoio ao emprego e ações de formação.</p> <p>Apoiar o projeto Bio Aromas através da utilização dos viveiros municipais e respetivas instalações de apoio ou outras que eventualmente possa ser possível concretizar.</p> |
| <p>Eixo 5 - Qualificação do Espaço Público</p> | <p>OE 1 – Melhorar as redes de infraestruturas e requalificar a paisagem rural, numa perspetiva de melhoria das condições de vida das populações e de valorização do território</p> | <p>Alargar e construir novas redes de infraestruturas e modernizar as já existentes.</p> <p>Desenvolver projetos de qualificação dos sítios e percursos, de forma a aumentar as condições de fruição da paisagem. Requalificar a paisagem rural e implementar medidas de proteção e apoio a reabilitação das edificações tradicionais, moinhos, arrecadações e adegas, desde que mantendo as características construtivas originais.</p> <p>Reforçar a articulação e descentralização de competências com as juntas de freguesia, para garantir o aumento da qualidade e proximidade dos serviços prestados às populações.</p> |

| Eixos Estratégicos | Objetivos Estratégicos | Ações |
|--|---|---|
| | <p>OE 2 – Requalificar espaços públicos e promover um espaço urbano qualificado e acessível para todos</p> | Assegurar a requalificação de vários aglomerados populacionais, prosseguindo o melhoramento e construção de passeios, de equipamentos de proximidade e de espaços de estar e lazer. |
| Desenvolver projetos de requalificação de praças, largos e outros espaços capazes de reforçar a centralidade dos aglomerados e de eixos estruturantes, contribuindo para a consolidação da polaridade dos centros. | | |
| Promover a construção no loteamento habitacional inserido na envolvente ao Parque de Mercados e Feiras de Sobreira Formosa. | | |
| Criar medidas de incentivo à recuperação/conservação do património edificado para habitações anteriores a 1951, com a redução de 70% das taxas inerentes ao processo de licenciamento. | | |
| Manter e ou melhorar os equipamentos municipais, nomeadamente na promoção de planos de acessibilidade e de segurança. | | |
| Requalificar os equipamentos desportivos prevendo ainda a necessidade de ampliação de alguns destes equipamentos. | | |
| Assegurar a requalificação de vários aglomerados populacionais, prosseguindo o melhoramento e construção de passeios, de equipamentos de proximidade e de espaços de estar e lazer. | | |
| Desenvolver projetos de requalificação de praças, largos e outros espaços capazes de reforçar a centralidade dos aglomerados e de eixos estruturantes, contribuindo para a consolidação da polaridade dos centros. | | |
| Promover um plano sistematizado de melhoramentos em estradas e arruamentos. | | |

3. ENTIDADES CONSULTADAS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projeto de plano e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

A primeira consulta para efeitos de determinação do âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão- RFCD), foi dirigida às seguintes Entidades com responsabilidades específicas (ERAE):

- **APA**, Agência Portuguesa do Ambiente;
- **CCDR Centro**, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- **ICNB**, Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- **ARH do Tejo**, Administração da Região Hidrográfica do Tejo;
- **AL Saúde**, Administração Local de Saúde;
- **Municípios vizinhos** – CM da Sertã, CM de Mação, CM de Vila Velha de Rodão, CM de Oleiros e CM de Castelo Branco.
- **Instituto da Água** – Instituto da Água.

O Relatório Ambiental, bem como o Resumo Não Técnico, foram submetidos às ERAE antes da apresentação da proposta de revisão do PDM e o Relatório ambiental serem levados a Consulta Pública. Sobre estes documentos pronunciaram-se as seguintes entidades:

- **CCDR Centro**, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- **APA**, Agência Portuguesa do Ambiente – ARH TO;
- **DRC Centro** - Direção Regional da Cultural do Centro;
- **Turismo de Portugal**.

No final da Consulta Pública e aprovada a proposta de revisão de plano, a autarquia enviará à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) uma Declaração Ambiental onde consta a forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados na revisão do plano, entre outras.

4. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE identifica as macro-orientações de política nacional e os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade.

O PDM é um instrumento fundamental para a aplicação das estratégias definidas a nível regional e nacional ao nível local, por isso deve articular-se com os planos, programas e estratégias de diversas áreas, refletindo-se em orientações efetivas para o uso e transformação do solo à escala municipal.

Os documentos estratégicos analisados e identificados como possíveis percursos de orientações estratégicas para a revisão do PDM de Proença-a-Nova estão listados no Quadro 2.

Quadro 2 – Listagem de instrumentos de ordem superior com incidência no concelho

| ÂMBITO | DESIGNAÇÃO DO INSTRUMENTO | |
|-----------------|---------------------------|--|
| Âmbito Nacional | PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território |
| | ENDS | Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável |
| | QREN | Quadro Referencia Estratégico Nacional |
| | PENDR | Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural |
| | PNA | Plano Nacional da Água |
| | PNDFCI | Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios |
| | PENT | Plano Estratégico Nacional de Turismo |
| | PNTN | Programa Nacional de Turismo de Natureza |
| | PRN2000 | Plano Rodoviário Nacional |
| | ENCNB | Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade |
| | ENF | Estratégia Nacional para a Floresta |
| | PNAC | Programa Nacional para as Alterações Climáticas |
| | PNUEA | Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água |
| | PERSU II | Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos |
| | PEAASAR II | Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais |
| | ENE | Estratégia Nacional para a Energia |
| | ENEAPAI | Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais |
| | PNAAS | Plano Nacional de Ação, Ambiente e Saúde |
| | PGBHT | Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo |
| | PEH | Plano Estratégico da habitação |
| DQA | Diretiva Quadro da Água | |

| ÂMBITO | DESIGNAÇÃO DO INSTRUMENTO | |
|------------------|---------------------------|---|
| | PANCD | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação |
| | PROFPIS | Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul |
| Âmbito Regional | PROTC | Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (em elaboração) |
| | POR Centro | Programa operacional regional do centro |
| | BEIRA BAIXA 2020 | Plano Estratégico e de Ação para a Região da Beira Baixa no período 2014-2020 |
| Âmbito Municipal | PMDFCI | Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio |
| | PMEPC | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Proença-a-Nova |
| | PADT | Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico de Proença-a-Nova |

O Quadro 3 procura sumarizar a informação relativa à convergência entre os objetivos de sustentabilidade dos instrumentos que compõem o QRE e os Objetivos Estratégicos da revisão do PDM, anteriormente apresentados no Quadro 2, classificando a interação verificada entre estas duas componentes da AAE.

Quadro 3 – Análise de convergência entre questões estratégicas do PDMPN e o quadro de referência estratégico

| QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO | | EIXO 1 | EIXO 2 | EIXO 3 | EIXO 4 | EIXO 5 |
|----------------------------------|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| ÂMBITO | DESIGNAÇÃO DOS INSTRUMENTOS | | | | | |
| Âmbito Nacional | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT | | | | | |
| | Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável - ENDS | | | | | |
| | Quadro Referencia Estratégico Nacional – QREN / PORTUGAL 2020 | | | | | |
| | Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural - PENDR | | | | | |
| | Plano Nacional da Água - PNA | | | | | |
| | Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI | | | | | |
| | Plano Estratégico Nacional de Turismo - PENT | | | | | |
| | Programa Nacional de Turismo de Natureza - PNTN | | | | | |
| | Plano Rodoviário Nacional - PRN2000 | | | | | |
| | Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade - ENCNB | | | | | |
| | Estratégia Nacional para a Floresta - ENF | | | | | |
| | Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC | | | | | |
| | Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA | | | | | |
| | Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos - PERSU II | | | | | |
| | Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR II | | | | | |
| | Estratégia Nacional para a Energia - ENE | | | | | |
| | Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais - ENEAPAI | | | | | |
| | Plano Nacional de Ação, Ambiente e Saúde - PNAAS | | | | | |

| | | | | | | |
|------------------|--|--|--|--|--|--|
| | Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo - PGBHT | | | | | |
| | Plano Estratégico da habitação - PEH | | | | | |
| | Diretiva Quadro da Água - DQA | | | | | |
| | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - PANCD | | | | | |
| | Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul - PROFPIS | | | | | |
| Âmbito Regional | Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (em elaboração) - PROTC | | | | | |
| | Programa operacional regional do centro - POR Centro | | | | | |
| | Plano Estratégico e de Ação para a Região da Beira Baixa no período 2014-2020 – BEIRA BAIXA 2020 | | | | | |
| Âmbito Municipal | Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio - PMDFCI | | | | | |
| | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Proença-a-Nova - PMEPC | | | | | |
| | Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico de Proença-a-Nova - PADT | | | | | |

Legenda:

| | |
|--|---|
| | Relação Forte (os objetivos do QRE são considerados nos eixos estratégicos / objetivos estratégicos da revisão do PDMPN) |
| | Relação Média (os objetivos do QRE são considerados indiretamente nos eixos estratégicos / objetivos estratégicos da revisão do PDMPN) |
| | Não existe relação (os objetivos do QRE são integrados nos eixos estratégicos / objetivos estratégicos da revisão do PDMPN) |

A análise do quadro anterior evidencia que os eixos estratégicos / objetivos estratégicos definidos no âmbito do processo de revisão do PDMPN encontram-se compatibilizados com as grandes opções estratégicas definidas no QRE. Destaca-se sobretudo a afinidade dos eixos estratégicos / objetivos estratégicos do PDMPN com os seguintes instrumentos do QRE: PNPOT, ENDS, PORTUGAL 2020, PENDR, PENT, PNTN, PANCD, PROT-Centro (proposta), POR Centro e BEIRA BAIXA 2020.

Deste modo, encontrando-se os objetivos do PDMPN enquadrados e fundamentados nos principais documentos de planeamento estratégico nacionais, regionais e municipais, pode-se compreender que essas orientações se enquadram nas perspetivas e no cenário global de desenvolvimento sustentável perspetivado para essa território regional e municipal.

5. FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO

Indexados, numa primeira fase, às fontes e aos tipos de informação disponível, os Fatores Ambientais deverão ser relacionados, num segundo momento, a outros indicadores e valores de referência mais

qualificados, o que permitirá identificar e selecionar os mais pertinentes para orientar o consequente processo de AAE.

Atendendo aos objetivos estratégicos do plano, ao Quadro de Referencia Estratégico definido e às principais problemáticas do ponto de vista ambiental existentes no município de Proença-a-Nova, consideram-se na presente AAE da Revisão do PDMPN os seguintes Fatores Críticos de Decisão (FCD):

- Qualidade Ambiental;
- Conservação da Natureza;
- Paisagem e Património Cultural;
- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade;
- Riscos Ambientais.

Para cada FCD foram ainda apresentados diferentes critérios de sustentabilidade para a avaliação dos diversos indicadores definidos, que permitem suportar a análise prevista e contribuir para avaliar a sustentabilidade da Proposta de Revisão do PDMPN.

Através da análise de cada FCD, dos seus critérios e indicadores avaliou-se a viabilidade e a sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da Proposta de Revisão do PDM.

Para cada um dos FCD foi desenvolvida uma matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats), onde foram identificadas as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

6. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

6.1. Qualidade Ambiental

A consideração da “Qualidade Ambiental” como Fator Crítico para a Decisão visa aferir o contributo da proposta de revisão do PDM de Proença-a-Nova para assegurar a qualidade ambiental e utilização eficiente dos recursos hídricos e pedológicos, a qualidade do ar e o ambiente sonoro, bem como os fatores climáticos e a gestão dos resíduos, conducentes à salvaguarda da saúde humana e ambiental.

A avaliação ambiental do PDM de Proença-a-Nova, no contexto deste FCD, procurará responder à questão da sua potencial influência na melhoria da qualidade do ar, da qualidade e quantidade de água para abastecimento público e funções ecológicas, na preservação do solo pela sua utilização sustentável, na adequada gestão dos resíduos e na redução da exposição sonora de zonas sensíveis, objetivos de sustentabilidade associados aos critérios considerados.

A qualidade ambiental de uma região constitui um fator importante para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Quando os critérios de qualidade ambiental são desde cedo introduzidos como desígnios a garantir através dos instrumentos de ordenamento do território contribui-se para o desenvolvimento sustentável e o alcance de elevados níveis de competitividade.

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT efetuada no âmbito deste FCD, tomando como referência todo o território do concelho de Proença-a-Nova.

Quadro 4 - Análise SWOT – Qualidade Ambiental

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|--|--|
| <p>Boa qualidade do ar</p> <p>Boa qualidade da água</p> <p>Ausência de fontes de ruído significativas</p> <p>Potencialidade para a indústria extrativa</p> <p>Elevada percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água</p> <p>Razoável cobertura do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU)</p> <p>Aumento da produção de energia eólica</p> | <p>Reduzida percentagem de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais</p> <p>Poluição dos recursos hídricos</p> |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <p>Potencial para produção de energias renováveis em vários domínios: hídricos, eólico, solar, biomassa</p> | <p>Conjuntura económica desfavorável a investimentos</p> <p>Degradação do ambiente natural devido à instalação de unidades industriais poluentes</p> |

6.2. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Na análise do Fator Crítico “Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade” pretende-se avaliar os efeitos do Plano sob o ponto de vista do ordenamento do território, atendendo aos diferentes usos e aptidões do solo, ao tipo de ocupação dominante e tipologia das construções.

Pretende igualmente avaliar a capacidade do Plano em promover, através das ações de ordenamento, a melhoria económica e social da população local, bem como a sua aptidão para fomentar a qualidade de vida, a coesão e a igualdade de oportunidades entre os cidadãos, promovendo desta forma um equilíbrio e a paz social almejada para o concelho, sinónimo de desenvolvimento sustentável concelhio.

A análise SWOT efetuada no âmbito deste FCD toma como referência todo o território do concelho de Proença-a-Nova.

Quadro 5 - Análise SWOT - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|---|--|
| <p>Boa Rede de Acessibilidades</p> <p>Tendência para o crescimento do Número de Empresas no Concelho</p> <p>Aposta nas energias renováveis como objetivo estratégico do Concelho</p> <p>Crescente oferta turística</p> <p>Proximidade da EM 241-1 e nó de ligação do IC8, com ligações aos principais centros urbanos nacionais</p> <p>Existência de praias fluviais de qualidade</p> | <p>Tendência para envelhecimento da População</p> <p>Diminuição da área florestal</p> <p>Aumento da taxa de desemprego</p> <p>Abandono de solos agrícolas</p> <p>Ausência de política de ordenamento integrada</p> |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <p>Dinamização da oferta turística apoiada na exploração do património arquitetónico, cultural e natural</p> <p>Dinâmica para a instalação de novas atividades empresariais</p> <p>Existência de programas regionais, nacionais e comunitários de apoio ao desenvolvimento empresarial</p> <p>Existência do Fundo municipal de Crédito Finicia</p> <p>Crescimento da procura do turismo rural e de natureza</p> | <p>Debilidades económicas do país</p> <p>Concorrência de outros concelhos com potencial de atração de investimento</p> |

6.3. Conservação da Natureza e Biodiversidade

No que se refere à conservação da natureza e biodiversidade no concelho de Proença-a-Nova, o objetivo ambiental passa por travar a perda de biodiversidade, de modo a assegurar a conservação de ecossistemas, habitats e espécies ameaçadas mediante a sua adequada gestão.

Para este FCD serão consideradas duas vertentes: por um lado, as áreas ecologicamente relevantes (áreas sensíveis do ponto de vista da conservação da Natureza, a estrutura ecológica municipal e os corredores ecológicos); por outro, no que se refere às espécies de fauna e flora e habitats, serão consideradas as espécies com estatuto de conservação desfavorável (ECD) e os habitats prioritários.

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT efetuada no âmbito deste FCD.

Quadro 6 - Análise SWOT – Conservação da Natureza e Biodiversidade

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|--|---|
| <p>Paisagem de elevada riqueza</p> <p>Áreas de importância em termos de recursos e valores naturais e de interesse paisagístico</p> <p>Importância económica da floresta no concelho</p> | <p>Pressão urbanística sobre localização dos valores ecológicos presentes</p> |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <p>Compatibilização de interesses ecológicos e sócio-económicos</p> <p>Criação do Parque Regional do Almourão</p> <p>Implementação de um Estrutura Ecológica Municipal</p> | <p>Conjuntura económica desfavorável a investimentos</p> |

6.4. Património Cultural e Paisagem

Relativamente ao FCD “Paisagem e Património Cultural”, pretende-se analisar a forma como este FCD poderá contribuir para o crescimento económico, e em que medida permitirá reforçar a identidade histórico-cultural do município.

O concelho de Proença-a-Nova não sendo um concelho rico em património classificado, distingue-se sobretudo pela variedade do seu património arquitetónico associado ao culto e ao modo de viver dos seus habitantes (arquitetura religiosa, as aldeias de xisto e arquitetura de Estado Novo). Relativamente à sua riqueza natural, o objetivo ambiental de sustentabilidade consiste na sua salvaguarda e valorização.

Na análise deste FCD deverá ainda considerar-se como objetivo de sustentabilidade, a proximidade dos cidadãos aos bens patrimoniais existentes no município. Serão considerados como subcritérios do Património Cultural quer o Património Arquitetónico, quer o Arqueológico, sendo que para cada um deles considerar-se-ão como objetivos o incremento da procura turística e a divulgação do património junto dos munícipes.

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT efetuada no âmbito deste FCD.

Quadro 7 - Análise SWOT – Património Cultural e Paisagem

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|--|--|
| Diversidade de património Histórico-cultural Paisagem de elevada riqueza Áreas de importância em termos de recursos e valores naturais e de interesse paisagístico Áreas de importância em termos de património geológico | Abandono de terrenos associados à atividade agrícola Degradação do património edificado |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| Implementação de um Estrutura Ecológica Municipal | Conjuntura económica desfavorável a investimentos |

6.5. Riscos Naturais

Os riscos naturais foram considerados como FCD no sentido em que se pretende avaliar as medidas de prevenção, mitigação ou eliminação dos riscos naturais e tecnológicos, fruto de acontecimentos esporádicos e indesejáveis, designadamente, derrocadas, cheias, incêndios urbanos e florestais, explosões e fugas de agentes químicos perigosos.

Procura-se medir as disposições do Plano para a redução e/ou eliminação das suas consequências diretas e indiretas desses mesmos acontecimentos (contaminações, perdas de vidas humanas e de bens materiais, impactes da economia local e imagem do concelho).

Apresenta-se seguidamente a análise SWOT efetuada no âmbito deste FCD.

Quadro 8 - Análise SWOT – Riscos Naturais e Tecnológicos

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|---|--|
| Redução Gradual do número de incêndios florestais ao longo dos últimos anos | Índices altos de risco de incêndio essencialmente na zona norte e nas zonas com maiores declives. Regeneração de pinheiro bravo, de forma densa e desordenada, contribuindo para uma elevada continuidade horizontal e vertical do combustível |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| Promoção de uma gestão florestal sustentável, que reduza o risco de incêndio e valorize a matéria-prima Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Atualização do Plano Municipal de | Elevada combustibilidade do coberto vegetal Escassez de água no Verão Aumento da erosão dos solos devido aos incêndios e precipitações fortes Potencial contaminação de captações de água e praias fluviais com cinzas e sedimentos arrastados após os incêndios Potencial aumento de riscos industriais inerente ao aumento da atividade no |

7. AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DECORRENTES DO PLANO

Seguidamente apresenta-se um resumo das oportunidades criadas pela implementação dos objetivos estratégicos assumidos na proposta de revisão do PDMPN, sobre cada FCD definido.

Relativamente ao FCD **Qualidade Ambiental** verifica-se que a proposta de revisão do PDMPN promove essencialmente as seguintes oportunidades:

- Criação de espaços devidamente infraestruturados para a prática da atividade industrial, prevenindo-se a afetação dos vários parâmetros ambientais.
- A concretização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico está associada à oportunidade de minimização de impactes sobre este FCD, através das intervenções previstas no Parque de Campismo de Aldeia Ruiva ao nível da sua infraestruturação com pontos de abastecimento de água, rede de esgotos e locais de deposição de resíduos sólidos, bem como através do aumento da vistoria e manutenção das praias fluviais existentes.
- Aplicação de um conjunto de medidas que têm impacto ao nível da qualidade física do território (ar, água, solo) e da conservação dos valores presentes no território concelhio, destacando-se as medidas relacionadas com a melhoria do saneamento básico e da gestão de resíduos, de promoção de projetos com vista à produção e valorização de energias alternativas, bem com a promoção da eficiência energética nas empresas e nos espaços públicos.
- Revitalização do projeto CARBONO MAIS, acompanhada da renovação de áreas florestais envelhecidas.
- A definição e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) constitui uma oportunidade fundamental para a proteção dos solos e do regime hidrológico através da preservação dos corredores ecológicos e das respetivas linhas de água.
- Nas áreas integradas no Corredor Ecológico definido no Plano Regional de Ordenamento Florestal, aplicam-se as normas consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica e a subfunção da conservação de recursos genéticos.

- A classificação do solo proposta e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção efetiva dos recursos e do património natural.
- Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos (recursos hídricos, albufeiras, captações) e recursos geológicos, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.
- Desenvolvimento de mapas de ruído, com vista à classificação acústica do território.

Relativamente ao FCD **Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade** verifica-se que a proposta de revisão do PDMPN promove essencialmente as seguintes oportunidades:

- Medidas de recuperação económica e de estímulo ao investimento na zona, previstas ao nível da requalificação e promoção do Parque Empresarial de Proença-a-Nova, da promoção da ocupação da totalidade da zona industrial de Sobreira Formosa, do apoio à criação de empresas de comércio em centros urbanos e rurais, que constituem uma oportunidade de grande impacto sobre a sócio-economia.
- Medidas relacionadas a concretização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico, que contemplam a requalificação e preservação das praias fluviais do concelho, a dinamização da Rota da Cortiçada, a requalificação do centro histórico de Proença-a-Nova e de Sobreira Formosa, a promoção da Aldeia da Figueira, enquanto Aldeia do Xisto, e requalificação de outras com património edificado a requalificar, funcionando como elementos âncora para captação de visitantes e como uma oportunidade de grande relevância para a dinâmica turística.
- Incrementação de zonas verdes e de lazer nos aglomerados urbanos e áreas envolventes, valorizando também as frentes ribeirinhas, e promoção de medidas salvaguarda e conservação da floresta.
- A promoção da criação do Parque Regional do Almourão e do projeto de Sensibilização e Interpretação da Paisagem e Natureza, constituem uma oportunidade para a promoção turística.
- Elaboração de um plano municipal de acessibilidade que prevê medidas de calma de tráfego, eficiência energética e mobilidade para todos.
- Medidas de fixação de novos residentes e de qualificação escolar e profissional da população, dotando os recursos humanos das habilitações necessárias para responder às oportunidades de emprego ajustadas à realidade concelhia.

- A resolução de disfunções ambientais associadas às infraestruturas urbanas, à requalificação do espaço urbano e conseqüentemente contribuindo para a atratividade empresarial e habitacional, constitui uma importante oportunidade para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o aumento do potencial turístico.
- A definição e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), que constitui uma oportunidade fundamental para a garantir um modelo territorial de desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das populações, através da preservação de espaços de recreio e lazer, bem como de espaços culturais.
- Revisão da RAN e da REN, processos em que foram reavaliadas as zonas já delimitadas e resolvidos os conflitos existentes.
- Compatibilização do PDM com outros instrumentos de ordenamento em vigor (PROT-Centro, PROFPIS, PGBH-Tejo), não só através da classificação do solo, mas também ao nível da revisão da regulamentação.
- Identificação e resolução de conflitos ao nível de usos do solo, nomeadamente solo urbano, solo rural, áreas de risco de incêndio, perímetros florestais, áreas industriais.
- A definição de UOPG (Unidades Operacionais de Planeamento e Gestão) promove a recuperação e a qualificação desses territórios, através de regulamentação específica ao nível de ordenamento, edificabilidade e infraestruturaração.
- A expansão urbana programada, definida em função da aptidão do solo, permite a criação de espaços reservados devidamente infraestruturados e dotados de serviços de equipamentos ajustados à evolução populacional, com efeitos positivos ao nível da qualidade de vida das populações e da atratividade do concelho.

Relativamente ao FCD **Conservação da Natureza e Biodiversidade** verifica-se que a proposta de revisão do PDMPN promove essencialmente as seguintes oportunidades:

- Medidas de incentivo e valorização dos recursos endógenos, que funcionam como vetores de promoção da atividade florestal.
- A concretização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico promove a melhoria nas condições de prática da atividade turística e respetivo ordenamento, contribuindo para a minimização da afetação de áreas naturais que deverão ser alvo de preservação e para a melhoria na regulamentação da prática turística.

- Aplicação de um conjunto de medidas relacionadas com o saneamento básico e com a gestão de resíduos que têm impacto ao nível da qualidade física do território (ar, água, solo) e, conseqüentemente, ao nível da conservação dos valores naturais presentes no território concelhio.
- Tendo em conta que a floresta ocupa 87% do território, a valorização da biomassa será uma importante oportunidade sobre a Floresta, não apenas para assegurar novas fontes de rendimento aos produtores florestais, mas também para promover o ordenamento florestal e a limpeza de espaços atualmente ao abandono.
- Medidas de valorização dos recursos naturais e promoção da defesa da floresta, através da criação do Parque Regional do Almourão, para apoio o reconhecimento e divulgação dos valores naturais presentes, bem como ações de sensibilização, divulgação e apoio dos proprietários na obtenção de fundos comunitários destinados à floresta e agricultura.
- A definição e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) constitui uma oportunidade fundamental para a proteção das áreas de maior sensibilidade ecológica e de maior valor para a conservação da fauna, da flora e dos habitats. A sua definição visa ainda assegurar que seja dada preferência aos usos ou ações de restabelecimento do equilíbrio ecológico que favoreçam a funcionalidade dos corredores ribeirinhos.
- Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas a recursos hídricos, áreas agrícolas e florestais, recursos ecológicos e povoamentos florestais percorridos por incêndios, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destas áreas.
- O ordenamento do território proposto e as categorias de espaço estabelecidas e sua regulamentação promove uma ocupação e utilização do solo em função das condicionantes e dos riscos detetados contribuindo para a proteção efetiva dos recursos e do património natural.

Relativamente ao FCD **Património Cultural e Paisagem** verifica-se que a proposta de revisão do PDMPN promove essencialmente as seguintes oportunidades:

- Medidas de incentivo e valorização dos recursos endógenos, que funcionam como vetores de promoção da atividade florestal.
- Medidas relacionadas a concretização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico, com a prossecução dos trabalhos arqueológicos, a requalificação de aldeias com património edificado a

preservar, incluindo alguns núcleos existentes em ruínas, a requalificação de centros históricos, e as medidas relacionadas com a valorização cultural local.

- Medidas de valorização dos recursos naturais e promoção da defesa da floresta e da paisagem, através da criação do Parque Regional do Almourão, para apoio o reconhecimento e divulgação dos valores naturais presentes.
- Ações de sensibilização, divulgação e apoio dos proprietários na obtenção de fundos comunitários destinados à floresta e agricultura.
- Medidas de requalificação do espaço urbano, que contribuem de forma positiva para a reabilitação e salvaguarda dos aglomerados, núcleos, antigos, equipamentos e património classificado e parque habitacional.
- A definição e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) constitui uma oportunidade fundamental para a preservação dos elementos da paisagem. A carta da estrutura ecológica municipal definia um conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais e da sua continuidade biofísica, visam contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística do território. Em função dos seus valores paisagísticos, foram delimitados elementos naturais que pela sua singularidade e enquadramento paisagístico devem integrar a estrutura ecológica, nomeadamente percursos pedestres de pequena rota, percursos pedestres de grande rota, árvores e arvoredos de interesse público, paisagens de interesse geológico, monumento Natural das Portas de Almourão - Proença-a-Nova/Vila Velha de Ródão, miradouro geomorfológico das Corgas, miradouro geomorfológico do Galego.
- Identificação servidões administrativas e restrições de utilidade pública associadas ao património cultural, tendo-se estabelecido condicionantes de edificabilidade em função das características destes recursos.

Relativamente ao FCD **Riscos Naturais e Tecnológicos** verifica-se que a proposta de revisão do PDMPN promove essencialmente as seguintes oportunidades:

- Requalificação do Parque Empresarial de Proença-a-Nova e da criação de condições de infraestruturas de segurança para a atividade industrial que constituem oportunidades ao nível da minimização da ocorrência de riscos industriais.

- Medidas de valorização dos recursos naturais e de defesa da floresta, mantendo e otimizando o sistema de vigilância e prevenção existente, e garantindo uma gestão de combustíveis que assegure o cumprimento das metas planeadas ao nível da defesa da floresta contra incêndio.
- Medidas estratégicas de apoio à transformação de biomassa em energia e à revitalização do projeto Carbono Mais, que constituem uma oportunidade relevante para a redução da emissão de Gases com Efeito de Estufa, responsáveis pelas Alterações Climáticas.
- A elaboração e atualização da cartografia municipal e estabelecimento de um plano prévio de intervenção para cada tipo de perigo existente, em articulação com o definido no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC), é fundamental para o conhecimento e localização dos riscos que afetam o concelho e constitui uma oportunidade para prevenção da sua ocorrência de situações de catástrofe ou perigo.
- A identificação de restrições de utilidade pública associadas às áreas de risco de incêndio de perigosidade alta e muito alta e de povoamentos florestais percorridos por incêndios nos últimos 10 anos, em conciliação com o definido no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio (PMDFCI), constitui uma oportunidade de salvaguarda das áreas florestais e agrícolas.

8. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da revisão do PDMPN, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE e em todo o processo de implementação do próprio Plano.

São identificadas no quadro seguinte as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na proposta de revisão do PDMPN.

Quadro 9 - Quadro de Governança para a Ação

| Entidades de governança | Orientações gerais |
|--|--|
| <p><u>Entidade de liderança na implementação do PDMPN:</u></p> <p>Câmara Municipal de Proença-a-Nova</p> | <p>Constitui a entidade fundamental na implementação do PDMPN, assumindo as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a implementação dos objetivos estratégicos definidos no âmbito da revisão do PDM e analisados na presente AAE, em parceria e com a cooperação das várias entidades envolvidas; - Manter o diálogo institucional com as várias entidades competentes e nas várias escalas de planeamento supramunicipal; - Manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas a nível municipal e |

| Entidades de governança | Orientações gerais |
|--|--|
| | <p>assegurar o seu enquadramento nas orientações regionais e nacionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover e apoiar os processos de participação pública; - Promover ações de informação e sensibilização das populações; - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental; - Implementar o plano de controlo que avalie as metas definidas na revisão do PDM, garantindo o cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação previstas. |
| <p><u>Outras entidades de Administração Geral e Regional:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - AFN – Autoridade Florestal Nacional; - ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil; - APA Agência Portuguesa do Ambiente; - ARS Centro – Administração Regional de Saúde do Centro - CCDR Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia - DGPC – Direção Geral do Património Cultural - DGT – Direção Geral do Território - DRAP Centro – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - DRC Centro – Direção Regional de Cultura do Centro - DRE Centro – Direção Regional da Economia do Centro - EP – Estradas de Portugal - IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação - ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas - IEFPP – Instituto do Emprego e Formação Profissional - IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres TP – Turismo de Portugal | <p>Constituem entidades de elevada importância para a implementação do PDMPN, assumindo as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir políticas e macro-estratégias de ambiente e desenvolvimento sustentável e assegurar a sua integração nas diversas políticas setoriais e a nível municipal; - Manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável; - Implementar as medidas e recomendações identificadas nos planos e documentos estratégicos e promover ações de monitorização; - Desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população; - Disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada. |
| <p><u>Estruturas supramunicipais em que o município se encontra integrado:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto – ADXTUR; - Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul; | <p>Constituem entidades que partilham com a autarquia benefícios diretos comuns com a implementação dos objetivos estratégicos do PDMPN, assumindo as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cooperar com a autarquia para a implementação dos objetivos estratégicos definidos no PDMPN; - Acompanhar a monitorização da implementação do PDMPN; |

| Entidades de governança | Orientações gerais |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Águas do Centro, S.A.; - Associação de Municípios Natureza e Tejo – Naturtejo; - Associação Nacional dos Municípios Portugueses; - Associação de Municípios da Raia Pinhal; - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa; - Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul; - VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. | <ul style="list-style-type: none"> - Manter-se informados sobre os planos /projetos previstos e em curso e participar nos processos de discussão pública dos planos e projetos locais; - Cooperar no desenvolvimento de ações e programas de formação e sensibilização da população; - Cooperar na promoção da participação pública. |
| Entidades / Associações empresariais | <p>Constituem entidades cujo envolvimento se revela de elevada importância a implementação dos objetivos estratégicos do PDMPN, assumindo as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter-se informados sobre os planos / projetos previstos e em curso e participar nos processos de consulta pública dos planos e projetos locais; - Participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades nomeadamente a Câmara Municipal; - Adotar práticas e modelos de responsabilidade no estabelecimento dos objetivos de produção e na gestão operacional que evitem a sobre-exploração e a degradação dos recursos; - Adotar práticas que promovam a valorização ambiental, cultural e energética. |
| População / Associações locais | <p>Constituem entidades cujo envolvimento se revela de elevada importância a implementação dos objetivos estratégicos do PDMPN, assumindo as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter-se informados sobre os planos / projetos previstos e em curso e participar nos processos de consulta pública dos planos e projetos locais; - Participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades nomeadamente a Câmara Municipal; - Adotar práticas que promovam a valorização ambiental, cultural e energética. |

9. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO / ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CONTROLO

Com base nos indicadores identificados para cada FCD, no âmbito da AAE, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDMPN pode ter sobre estes, foram definidas as diretrizes de seguimento constantes do Quadro 10, a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que estabelecer.

As diretrizes de seguimento constituem assim medidas de gestão, ações de monitorização, orientações ou recomendações que contribuirão para o acompanhamento dos efeitos da execução do PDMPN, e para a avaliação do cumprimento das metas de sustentabilidade que o Município pretende alcançar, não só as definidas em documentos estratégicos, mas também as assumidas pela própria Autarquia para o período de vigência do Plano.

Quadro 10 – Indicadores e Medidas de Gestão Ambiental

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|---------------------|-----------|---|---|
| QUALIDADE AMBIENTAL | Água | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos • Reduzir os níveis de poluição na água para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais • Garantir os serviços de abastecimento de água para consumo urbano • Promover o consumo eficiente e racional do recurso água | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos. • Promover ações de sensibilização relativas às medidas de combate à poluição da água. • Promover ações que visem proteger e melhorar a qualidade da água. • Estabelecer um programa de gestão dos efluentes provenientes das atividades agropecuárias. • Combater as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos. <p>Delimitação das zonas de proteção das captações de água para consumo humano e definição das atividades que se podem realizar nas zonas de proteção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o uso racional e eficiente da água. • Assegurar o cumprimento das normas de qualidade das águas para consumo humano. • Assegurar que a população é abrangida pelos sistemas de abastecimento de água. • Estabelecer um programa de monitorização do consumo da água. <p>Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover ações que visem o uso eficiente e racional da água. • Implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição. • Garantir a manutenção das redes de infraestruturas de modo a minimizar as perdas e fugas. |

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|-----|------------------|--|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais | <ul style="list-style-type: none"> Assegurar que os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada. Assegurar que a população é abrangida pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Promover a ligação de habitações com fossas sépticas à rede de saneamento sempre que esta seja possível. |
| | Resíduos | <ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos | <ul style="list-style-type: none"> Promover ações de erradicação de depósitos ilegais de resíduos existentes. Garantir a inscrição no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER) pelas unidades industriais implantadas Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro. Valorizar os resíduos recicláveis (Papel/cartão, vidro e embalagens) produzidos pelas unidades a instalar. Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos. Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e os que vão para aterro. |
| | Atmosfera | <ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública Redução da poluição do ar Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa | <ul style="list-style-type: none"> Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera. Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados. Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que apresentam benefícios em termos de qualidade do ar e acústica. Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis. |
| | Ruído | <ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações | <ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos níveis de ruído estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído. Monitorização anual do ruído. |

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|---|---|---|---|
| | Energia | <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da eficiência energética • Utilização racional de energia • Utilização e produção de energia renováveis | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético. • Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos (programa de monitorização) • Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE). • Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia. |
| | Solo | <ul style="list-style-type: none"> • Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo • Reduzir a ocorrência de situações de erosão do solo • Salvaguarda dos solos pedologicamente evoluídos • Racionalização da expansão urbana • Controlo da impermeabilização do solo | <ul style="list-style-type: none"> • Salvaguardar os solos agrícolas, em especial os classificados como integrantes a RAN. • Garantir a recuperação dos terrenos afetados pela exploração de pedreiras. • Adotar práticas de conservação do solo. • Distribuição adequada de caminhos florestais e agro-florestais. |
| CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE | Biodiversidade | <ul style="list-style-type: none"> • Proteger a diversidade biológica • Assegurar a gestão sustentável dos locais para a conservação de determinadas espécies, bem como dos processos ecológicos associados • Controlar a proliferação de espécies não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido | <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da aposta do turismo ecológico/ambiental. • Criação de percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental. • Valorização dos recursos naturais existentes através da qualificação/diversificação da paisagem e das espécies florestais, privilegiando as espécies autóctones. • Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal. • Alargamento das orientações de gestão dos valores naturais presentes associadas aos habitats ripícolas (previstas no PSRN2000) a toda a extensão dos principais rios do concelho. • Assegurar que a implementação das UOPG previstas (e outras iniciativas ou projetos a implementar no município durante a vigência do PDM) decorre de forma a minimizar as afetações dos recursos ecológicos, valores naturais e paisagísticos presentes no município fundamentalmente através do recurso aos instrumentos |
| | Flora / Fauna Diversidade de Espécies Fragmentação de Ecossistemas | <ul style="list-style-type: none"> • Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis • Reabilitação de habitats e de espécies para níveis viáveis • Evitar a fragmentação de habitats e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i> | |

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|--|------------------------|--|--|
| | <p>Floresta</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Controlar as monoculturas de espécies de rápido crescimento e as invasoras lenhosas • Proteção das espécies florestais autóctones e das folhosas de folha caduca • Proteção Florestal, controlo de pragas e doenças | <p>legais de monitorização e avaliação de impacte ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o licenciamento da exploração mineira de extração de inertes e a sua exploração sustentável e compatível com os recursos naturais presentes. • Diversificar as espécies florestais exploradas, promovendo e valorizando as espécies florestais autóctones, mais resistentes ao fogo e com maior capacidade de suporte de biodiversidade. • Promover uma gestão adequada parara fins múltiplos da floresta de proteção no município. • Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc.. • Promover de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável. • Apoiar e incentivar a elaboração de cartografia da distribuição das espécies exóticas infestantes no município. • Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI. • Adequar os espaços florestais e limítrofes com o objetivo da prevenção do risco de incêndio, dando cumprimento ao n.º 11 do art. 15º do D.L. n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, nomeadamente ao nível das faixas de gestão de combustíveis. • Recuperar as áreas ardidadas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida. • Continuar a desenvolver o potencial da caça e da pesca de uma forma sustentada. • Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas. |
| <p>PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL</p> | <p>Paisagem</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Proteção e Salvaguarda da Paisagem • Diminuição de instruções na Paisagem • Contenção da edificação dispersa e do ordenamento da expansão urbana • Manutenção dos padrões de usos do solo tradicionais • Promoção do ordenamento sustentável do espaço rural | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a manutenção e limpeza dos espaços verdes públicos e dos restantes espaços integrados na Estrutura Ecológica Municipal. • Promover a construção de espaços verdes nas zonas industriais. • Implementação de regras de proteção e valorização ambiental nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e em solo urbano. • Garantir a integração paisagística nas zonas fronteira das zonas industriais, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual. |

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|--|----------------------------------|---|--|
| | Património | <ul style="list-style-type: none"> • Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes • Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos • Valorizar a diversidade e a identidade local • Promover o turismo cultural | <ul style="list-style-type: none"> • Deve ser efetuada a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal e pretendendo assegurar por este meio a sua manutenção e recuperação. • Elaboração de uma carta arqueológica e de uma carta de risco. • Elaboração de estudos e prospeções nos locais com maior potencial arqueológico. • Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável. • Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infraestruturas que tragam implicações sobre este património. • Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (trabalhos de reflorestação e infraestruturização), terá de ser comunicado às entidades municipais e estaduais responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial. • Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades. • Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho. |
| ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPETITIVIDADE | Ordenamento do território | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a organização espacial do território • Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos • Condicionantes e áreas naturais • Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana • Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios | <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições socioeconómicas favoráveis à fixação da população, nomeadamente a população em idade ativa • Promover o correto ordenamento do solo rural e do solo urbano. • Potenciar a importância económica e social do solo rural. • Salvaguardar os solos agrícolas, em especial os classificados como integrantes a RAN. • Controlar a edificabilidade no solo rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização destes espaços. |

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|-----|------------------------|--|---|
| | | | <p>Garantir a correta gestão e conservação dos espaços verdes urbanos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salvar, preservar e valorizar cada um dos sub-sistemas que integram a REN. • Promover o correto ordenamento do solo de urbanizável. • Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola. • Deve ser implementada uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas. • Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos. • Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a fruição da floresta nas suas variadas vertentes | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o uso da floresta e recursos naturais nas suas várias vertentes. • Promover políticas de atração e de fixação de novas unidades de turismo em espaço rural (TER). |
| | Acessibilidades | <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar e potenciar as acessibilidades | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o correto ordenamento da rede viária intra e inter-concelhia. • Promover a valorização da rede de caminhos secundários. • Acompanhar a evolução do estado de conservação da rede viária existente. |
| | Sócio economia | <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional | <ul style="list-style-type: none"> • Promover um correto ordenamento dos espaços de atividades económicas, dotando-os de todas as infraestruturas necessárias. • Garantir a disponibilidade e o acesso de todas as unidades empresariais instaladas a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação de princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental. |

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|---------------------------------------|---------------------------|---|--|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições especiais para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional • Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial • Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego | <ul style="list-style-type: none"> • Estimular a dinâmica e o empreendedorismo da base económica local, desenvolvendo e implementando ações de apoio e de incentivo ao tecido empresarial. • Fomentar a fixação e o desenvolvimento das atividades económicas instaladas no concelho. • Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região. • Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial. • Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada. |
| | Qualidade de Vida | <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho • Qualificar o Espaço Público | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a manutenção e limpeza dos espaços verdes públicos e dos restantes espaços integrados na Estrutura Ecológica Municipal. • Favorecer a utilização destes espaços pela população, através da criação de espaços de lazer e percursos pedonais. • Assegurar que a emissão de níveis de ruído não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações • Promover a construção de espaços verdes nas zonas industriais. • Garantir um espaço público atrativo e confortável. • Assegurar a execução, qualificação e tratamento de espaço verdes públicos. • Implementação de regras de proteção e valorização ambiental nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e em solo urbano. |
| | Dinâmica Turística | <ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar a atividade turística do concelho | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o potencial turístico do concelho. <p>Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de percursos temáticos que divulguem o potencial turístico do concelho. |
| RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS | Risco de Incêndio | <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios • Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento das orientações e responsabilidades estabelecidas no PROF. • Assegurar o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI, bem como a sua monitorização. • Garantir a implementação das normas de higiene e segurança dos edifícios a instalar. • Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades. |

| FCD | CRITÉRIOS | OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE | MEDIDAS |
|-----|------------------------------|---|--|
| | Risco de Inundação | <ul style="list-style-type: none"> Prever e mitigar a ocorrência de risco de inundações | <ul style="list-style-type: none"> Dispor de cartografia das áreas inundáveis. Implementar planos de emergência e segurança municipais. Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação. Garantir a limpeza e desassoreamento das linhas de água. Garantir a operacionalização dos planos de emergência em caso de ocorrência de inundação. Monitorizar a implementação dos planos de emergência face à ocorrência de inundação. |
| | Acidentes industriais | <ul style="list-style-type: none"> Prever e mitigar a ocorrência de risco de acidentes industriais | <ul style="list-style-type: none"> Garantir a implementação de planos de emergência das indústrias instaladas e a instalar. Garantir a implementação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC). Garantir que as zonas ameaçadas pelas cheias, delimitadas no âmbito da REN, deverão ser articuladas com as demarcadas no âmbito do PMEPC. |
| | Alterações Climáticas | <ul style="list-style-type: none"> Alterações Climáticas | <ul style="list-style-type: none"> Promover ações que visem diminuir a emissão de GEE. Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente nas novas construções e remodelações. Desenvolver um sistema de contabilização e monitorização das emissões de CO₂. Desenvolver um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. |

Para que a proposta de revisão do PDM de Proença-a-Nova apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foram desenvolvidas orientações para a implementação de um Plano de Controlo que visam assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, indicadas no Quadro 10, aquando a execução do Plano.

Neste contexto, as orientações para a implementação de um Plano de Controlo inserem-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretendem acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, atualmente em revisão.

Conforme anteriormente referido, o Quadro 11 dá continuidade às orientações para a implementação do Plano de Controlo, estabelecido no Quadro 10, refletindo o posicionamento do município de Proença-a-Nova, face às metas estabelecidas para os indicadores de sustentabilidade, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia.

Para a elaboração dos cálculos de índices no âmbito da elaboração do Plano de Controlo, considerou-se, para o Município de Proença-a-Nova, uma área de 395,4 km² e uma população total de 8.314 habitantes (Censos 2011).

Apesar de não ter sido possível obter o valor base para todos os indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização, pelo que foram incluídos no Quadro 11.

Quadro 11 – Orientações para a implementação do Plano de Controlo

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE |
|---------------------|-----------|---|-----------------------|---|-----------------------------|--|-----------------|---------------|
| QUALIDADE AMBIENTAL | Água | <ul style="list-style-type: none"> Massas de água superficial com estado global “Bom” | N.º de massas de água | PGBH Tejo - 66% das massas de água da RH5 com bom estado em 2015, 78% em 2021 e 83% em 2027 | 7 | 2013/PGBH | 8 | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Massas de água superficial com estado ecológico “Excelente” | N.º de massas de água | - | 0 | 2013/PGBH | ≥1 | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo humano | % | PEAASAR – 95% | 98.3 | 2013/CMPN | 100% | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Consumo de água <i>per capita</i> | l/hab/dia | - | 166 | 2013/CMPN | <10% | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Perdas no sistema de abastecimento | % | PNA – 15% até 2020 | 20% | 2013/CMPN | <15% | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> População servida por sistemas de drenagem de águas residuais | % | PEAASAR – 90% até 2013 | 39 | 2009/INE | >90% | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> População servida por sistemas de tratamento de águas residuais | % | PEAASAR – 90% até 2013 | 34 | 2005/INE | >90% | Anual |
| | Resíduos | <ul style="list-style-type: none"> Produção de RSU | kg/hab | PERSUII – 10% de redução em 2016 face a 2007 | 343 em 2007 312 em 2012 | 2007, 2012/INE | <308 | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Valorização de Resíduos | % | PERSU II – 25% em 2016 face a 2011 | 18 em 2007 13 em 2012 | 2007, 2012/INE | >16% | Anual |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE |
|---|-------------------------------------|--|----------|-------------------------------|---|--|-----------------|---------------|
| | Ruído | <ul style="list-style-type: none"> Recetores e população expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado para o <i>Lden</i> e <i>Ln</i> em zonas sensíveis e zonas mistas | N.º | - | 0 | 2014/CMPN | Manter | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> N.º de queixas dos munícipes | N.º | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | Atmosfera | <ul style="list-style-type: none"> Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites | N.º dias | - | Ozono-LA – 3; Ozono-LIP – 0; SO2 – 0; NO2 - 0 | 2013/APA | Manter/Reduzir | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Consumo de combustível automóvel por habitante | tep/hab | - | 0,7 | 2012/INE | Manter/Reduzir | Anual |
| | Energia | <ul style="list-style-type: none"> Consumo de energia elétrica por habitante | KW/hab | ENDS – redução de 1%/ano | 2477 | 2012/INE | Reduzir | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Produção de energia através de recursos renováveis (potência instalada) | MW | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | Solo | <ul style="list-style-type: none"> Superfície agrícola utilizada | ha | - | 4100 | RA 2009 | Aumentar | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Utilização de áreas da RAN para fins não agrícolas | ha | - | * | CMPN | ** | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Impermeabilização dos solos | ha | - | * | CMPN | ** | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> N.º de pedreiras recuperadas | N.º | - | 0 | 2014/CMPN | 1 | 5 Anos |
| CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE | Biodiversidade Flora / Fauna | <ul style="list-style-type: none"> Planos de gestão e ações de conservação de espécies e habitats | N.º | - | 0 | 2014/CMPN | ** | 5 Anos |
| | Diversidade de Espécies | <ul style="list-style-type: none"> Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas (dos quais prioritárias) | N.º | - | 8 (1) | 1994/ICNF | Manter | Anual |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE |
|--|-------------------------------------|---|---------|-------------------------------|--|--|-----------------|---------------|
| | Fragmentação de Ecossistemas | <ul style="list-style-type: none"> Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas (dos quais prioritárias) | N.º | - | * | 1994/ICNF | ** | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Habitats protegidos (dos quais prioritários) | N.º | - | * | ICNF | ** | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Base de dados com informação sobre ocupação em Áreas da EEM | - | - | - | CMPN | - | Anual |
| | Floresta | <ul style="list-style-type: none"> Espécies/povoamentos florestais autóctones e de folhosas de folha caduca | ha | - | Azinheira: 401,8ha; Medronheiro: 388,7ha; Pinheiro bravo: 11583,6ha; Ripícolas: 119,2ha; Sobreiro: 231,1ha | 2007/CMPN | Aumentar | Anual |
| PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL | Paisagem | <ul style="list-style-type: none"> Número de intrusões visuais (construções em grande escala, lixeiras entre outras) | N.º | - | 0 | CMPN | Manter | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Área do concelho integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico | ha | - | 0 | CMPN | 1323.8 | 10 Anos |
| | Património | <ul style="list-style-type: none"> Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) | N.º | - | * | CMPN | ** | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Recuperação de edifícios urbanos degradados | N.º | - | * | CMPN | ** | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Edifícios degradados ocupados e fora de uso | N.º | - | * | CMPN | ** | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Iniciativas culturais | N.º/ano | - | 12 | CMPN | ** | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Circuitos históricos e culturais | N.º | - | 8 | CMPN | ** | Anual |
| <ul style="list-style-type: none"> Sítios classificados ou em vias de classificação | N.º | - | 0 | CMPN | Aumentar | 5 Anos | | |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE | |
|---|---------------------------|---|---------------------|-------------------------------|-----------------------------|--|-----------------|---------------|--------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> Trabalhos arqueológicos em sítios do concelho | N.º | - | 5 | CMPN | Aumentar** | 5 Anos | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Imóveis classificados ou em vias de classificação | N.º | - | 2 | CMPN | Aumentar | 5 Anos | |
| ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPETITIVIDADE | Ordenamento do território | <ul style="list-style-type: none"> População Residente | N.º | - | 7989 | 2013/INE | Aumentar | Anual | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> População Residente por grupos etários | 0-14 | % | - | 9 | 2013/INE | Aumentar | Anual |
| | | | 15-24 | % | - | 10 | 2013/INE | Aumentar | Anual |
| | | | 25-64 | % | - | 49 | 2013/INE | Aumentar | Anual |
| | | | 65 ou mais anos | % | - | 32 | 2013/INE | Aumentar | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Densidade Populacional | hab/km ² | - | 20,2 | 2013/INE | Aumentar | Anual | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Espaços Verdes Urbanos | ha | - | * | 2014/CMPN | 69,39 | 10 Anos | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução do solo programado | % | - | 70 | PDM94 | 90 | 10 Anos | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Taxa de ocupação de loteamentos urbanos | % | - | 80 | CMPN | Aumentar | Anual | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Estabelecimentos industriais e outras construções em solo rural | N.º | - | * | CMPN | ** | Anual | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Fogos construídos | Em solo rural | N.º | - | * | CMPN | ** | 5 Anos |
| | | | Em solo urbano | N.º | - | * | CMPN | ** | 5 Anos |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Licenças para reconstrução e reabilitação | N.º | - | * | CMPN | ** | 5 Anos | |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE | |
|-------------------------|------------------------|---|-------------------|-------------------------------|-----------------------------|--|-----------------|---------------|-------|
| | | • Percentagem da RAN utilizada para fins não agrícolas | % | - | * | CMPN | ** | 5 Anos | |
| | | • Percentagem de REN com utilização compatível e RIP | % | - | * | CMPN | ** | 5 Anos | |
| | | • Número de UOPG concretizadas | N.º | - | 0 | 2014/CMPN | 8 | 10 Anos | |
| | | • Zonas de caça municipais / associativas | N.º | - | 4/7 | 2014/CMPN | Manter | 5 Anos | |
| | | • Zonas de pesca | N.º | - | 1 | 2014/CMPN | Aumentar | 5 Anos | |
| | Acessibilidades | • Vias requalificadas | N.º | - | 50 | CMPN | 30 | 5 Anos | |
| | | • Evolução e estado de conservação da rede viária | km | - | * | CMPN | ** | 5 Anos | |
| | | • Evolução do tempo de deslocação entre trabalho e habitação | min | - | * | CMPN | ** | 5 Anos | |
| | Sócio economia | • Espaços empresariais / industriais estruturados e infraestruturados | N.º | - | 3 | 2014/CMPN | Manter/Aumentar | 5 Anos | |
| | | • População Ativa | N.º | - | 3.054 | 2011/INE | Aumentar | Anual | |
| | | • Evolução da população empregada por atividades económicas | Sector Primário | % | - | 6 | 2011/INE | Aumentar | Anual |
| | | | Sector Secundário | % | - | 31 | 2011/INE | Aumentar | Anual |
| Sector Terciário social | | | % | - | 31 | 2011/INE | Aumentar | Anual | |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE |
|--------------------------------|--------------------|--|---------|-------------------------------|-----------------------------|--|-----------------|---------------|
| | | Sector Terciário económico | % | - | 32 | 2011/INE | Aumentar | Anual |
| | | • Taxa de ocupação dos espaços industriais | % | - | 50 | CMPN | 90 | 10 Anos |
| | | • Taxa de atividade | % | - | 37 | 2011/INE | Aumentar | Anual |
| | | • Taxa de desemprego | % | - | 9,7 | 2011/INE | Reduzir | Anual |
| | Qualidade de Vida | • Espaços verdes públicos | ha | - | * | CMPN | 69.39 | 10 Anos |
| | | • Recetores e população expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado para o L_{den} e L_n em zonas sensíveis e zonas mistas | N.º | - | 0 | CMPN | Manter | 5 Anos |
| | | • N.º de queixas dos munícipes | N.º | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | Dinâmica Turística | • Taxa ocupação hoteleira | % | - | 27 | CMPN | 50 | Anual |
| | | • Estabelecimentos hoteleiros | N.º | - | 2 | 2014/CMPN | Aumentar | Anual |
| | | • Unidades de turismo em espaço rural (TER) | N.º | - | 1 | CMPN | Aumentar | Anual |
| | | • Percursos temáticos | N.º | - | 8 | 2014/CMPN | Aumentar | Anual |
| RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS | Risco de Incêndio | • Área com risco de incêndio Alto e Muito Alto | ha | - | 33.333,4 ha | PMDFCI | Reduzir | Anual |
| | | • Área com perigosidade de incêndio Alta e Muito Alta | ha | - | 33.609 ha | PMDFCI | Reduzir | Anual |
| | | • Área Ardida | ha | | 160 ha | Últimos 10 anos /CMPN | Reduzir | Anual |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE |
|-----|------------------------------|---|-------------------|--|-----------------------------|--|--|---------------|
| | | • Área ardida - ocorrências | N.º/ano | | 31,9 | Últimos 10 anos /CMPN | Reduzir | Anual |
| | | • N.º de edifícios afetados | N.º | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | | • Áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta a muito alta | % | - | 0 | CMPN | Manter | Anual |
| | | • Cooperações de bombeiros existentes no Concelho | N.º | - | 1 | 2014/CMPN | Manter | Anual |
| | Risco de Inundação | • Ocupação em zonas ameaçadas por cheias | ha | - | * | CMPN | Reduzir | Anual |
| | | • Ocorrência de cheias | N.º | - | * | CMPN | Reduzir | Anual |
| | | • Solo urbano demarcado com zonas inundáveis | m ² | - | 95 | CMPN | Acautelar o uso | Anual |
| | | • Áreas inundadas | ha/ano | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | Acidentes industriais | • N.º de ocorrências de incêndios industriais | N.º | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | | • N.º de acidentes com transportes de matérias perigosas | N.º | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | Alterações Climáticas | • Quantidade de GEE | t/km ² | - | 86 | 2009/APA | Reduzir | Anual |
| | | • Número de edifícios camarários com certificação energética | N.º | PNAC – Certificação energética de todos os edifícios do estado e 20% com classe igual ou superior a B | 0 | CMPN | Certificação energética de todos os edifícios camarários | Anual |

| FCD | CRITÉRIOS | INDICADORES | UNIDADE | META EM DOCUMENTO ESTRATÉGICO | VALOR BASE NA ÁREA DO PLANO | ANO A QUE SE REFERE O VALOR BASE / FONTE | METAS A ATINGIR | PERIODICIDADE |
|-----|-----------|--|---------|-------------------------------|-----------------------------|--|-----------------|---------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios | N.º | - | * | CMPN | ** | Anual |
| | | <ul style="list-style-type: none"> N.º de medidas de adaptação às alterações climáticas implementadas | N.º | - | 0 | CMPN | Aumentar | 5 Anos |

* Indicadores para os quais existem lacunas de informação, recomendando-se quando necessário a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização na Fase de Seguimento

** Indicadores importantes para efeito de monitorização na Fase de Seguimento, mas para os quais não foram, nesta fase, definidas metas

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de Avaliação Ambiental Estratégica foram tidos em consideração os objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDMPN, assentes em 5 eixos, designadamente *Desenvolvimento Económico e dinamização empresarial; Turismo, cultura e património; Ambiente e Energia; Desenvolvimento Social e Humano; Qualificação do Espaço Público.*

O processo de AAE da proposta de revisão do Plano foi suportado na análise de cinco FCD – a Qualidade Ambiental; o Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade; a Conservação da Natureza e Biodiversidade; o Património Natural e Paisagem; os Riscos Naturais e Tecnológicos.

Durante o processo de AAE, constatou-se que a revisão do PDM contribui de forma muito significativa para a sustentabilidade ambiental do município, em várias vertentes, nomeadamente através da contenção da edificação dispersa, da qualificação de espaços industriais e empresariais infraestruturados, do melhoramento das condições de saneamento e de gestão de RSU e da promoção e preservação do património natural e construído.

Espera-se ainda que a presente proposta de revisão do PDMPN, venha a promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal, capazes de produzir efeitos positivos na economia local, atraindo e fixando mais investimentos, gerando mais emprego e mais qualificado, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, não introduzindo desequilíbrios, ambientais e paisagísticos, no sistema biofísico, que assumam significado relevante.

Evidencia-se, ainda, a importância do acompanhamento da implementação do PDM, através da atualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área de análise.